

PALAVRAS PARA LÁ DA PANDEMIA: CEM LADOS DE UMA CRISE

Coord.: José Reis
Um trabalho coletivo do CES

PALAVRAS PARA LÁ DA PANDEMIA: CEM LADOS DE UMA CRISE

Coord.: José Reis
Um trabalho coletivo do CES



Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra



UNIVERSIDADE DE
COIMBRA



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura



Universidade de
Coimbra - Alta e Sã
inscrita na Lista do Património
Mundial em 2013



PROGRAMA OPERACIONAL COMERCIO E INOVAÇÃO



UNIÃO EUROPEIA

Fundo Europeu
de Desenvolvimento Regional



Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia

PALAVRAS PARA LÁ DA PANDEMIA: CEM LADOS DE UMA CRISE

Coordenador

José Reis

Editor

Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra

Revisão Científica

Ana Cordeiro Santos, António Sousa Ribeiro, Carlos Fortuna, João Rodrigues, José Castro Caldas, José Reis, Pedro Hespanha, Vítor Neves

Revisão Linguística

Ana Sofia Veloso, Alina Timóteo

Design e Paginação

André Queda

Julho, 2020

Este trabalho é financiado por Fundos FEDER através do Programa Operacional Factores de Competitividade – COMPETE e por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projeto UIDB/50012/2020.

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidade dos/das seus/suas autores/autoras.

ISBN

978-989-8847-25-6

BIOPOLÍTICA

Susana Costa, Filipe Santos

A COVID-19 surge como o “inimigo invisível” que, entre outras restrições, justificou um longo período de confinamento da população. Se pouco há de novo na necessidade de controlar e disciplinar os cidadãos através da vigilância, o desenvolvimento tecnológico e a adesão voluntária ao uso de artefactos (cada vez mais embebidos no próprio corpo) não só facilitam como convocam o cidadão a ser o vigilante de si mesmo e do próximo.

Na esteira de Foucault, (re)inventam-se velhos e novos aparatos de vigilância que ganham cada vez mais proeminência face ao medo instaurado, permitindo tornar os corpos mais dóceis. Na impossibilidade de domesticar o vírus, domesticam-se os corpos. E todos são suspeitos. Findo o período de confinamento, a obrigatoriedade do uso de máscaras vem reforçar o apelo ao distanciamento social (ou físico?) nos espaços públicos, dificultando o reconhecimento do “outro”, ao mesmo tempo que facilita a identificação dos não cumpridores.

Fazem-se testes para identificar os infetados e aferir a imunidade. Usam-se máscaras. Desinfetam-se as mãos. Controla-se a temperatura. Dividem-se os espaços em áreas limpas e contaminadas. Ao mesmo tempo, governos e gigantes tecnológicos conjugam esforços para recolher e armazenar dados dos cidadãos – desde dados pessoais e de localização celular, como aplicações para telemóvel RDG (rastreamento digital de contactos), a dados recolhidos por *wearables* ou à recolha massiva de amostras biológicas. Não só para que cada um de nós se sinta mais seguro, mas para que o “ou-

tro” também se sinta seguro. Para ser “bom cidadão” e cumpridor em tempos pandémicos, ou simplesmente para voltar à vida para além do vírus, é necessário ficar sujeito ao controlo que cada Estado impuser, aceitando ser monitorizado e escrutinado nas ações mais básicas da vida quotidiana.

Se as restritivas medidas de vigilância biopolítica podem ser justificáveis num estado de exceção gerado por uma pandemia, afigura-se pouco provável o retorno ao que se pensava ser um estado de normalidade. O que será feito deste aparato de vigilância no pós-COVID-19? Servirá para a dotação de meios e infraestruturas para o combate a futuras pandemias ou será usada para dividir e classificar os cidadãos em função de um modelo de risco biopolítico?

Ao prolongar-se por tempo suficiente um estado de exceção, este torna-se a “nova normalidade”. No contexto atual, mesmo que surja uma vacina ou tratamento eficaz, não se afigura provável o abrandamento ou o fim das restrições sociais e físicas. Ficarão na memória coletiva a quarentena, o medo, a suspeição, a rua vazia, a depressão económica e social, que justificarão qualquer medida que venha comprimir os direitos de cidadania e a liberdade individual e coletiva.

A alternativa à vigilância e à *dataficação* da vida pública, seja realista ou utópica, é a tomada de consciência da responsabilidade individual e cívica. A tentação de conservar e expandir o aparato de vigilância será enorme. Fiquemos alerta.